

## Palavra do Editor

Caro(a) leitor(a), estamos entregando o terceiro número do ano de 2022. Gostaria de parabenizar os autores dos artigos que serão publicados nesta edição, além de agradecer todos os autores que submeteram seus artigos, mas que, infelizmente, não tiveram seus artigos aprovados. Gostaria, também, de dar as boas-vindas aos novos editores, Prof. Dr. José Renato, da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), e Prof. Renato Gurgel, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Neste número, o primeiro artigo, escrito por Laís Vieira, Natália de Oliveira, Valéria Bressan e José Francisco tem como objetivo investigar os fatores determinantes da diversificação de receitas nas cooperativas de crédito brasileiras. Como resultado, mostraram-se significativos os fatores determinantes da diversificação das cooperativas de crédito: o Retorno sobre o Patrimônio Líquido, a Margem de Juros Líquida e as Despesas Gerais. Os achados indicaram que cooperativas mais rentáveis possuem maior tendência à diversificação; que as cooperativas compensariam uma diminuição das suas fontes de receitas tradicionais com outras receitas não tradicionais; e que o aumento das despesas operacionais pode ter como uma de suas consequências uma maior diversificação de receitas.

O segundo artigo, escrito por Angélica Ferrari, Paulo Roberto da Cunha e Jéssica Petri, tem como objetivo analisar a relação entre o comportamento dos auditores em situações de conflitos organizacionais e a confiança e cooperação entre auditores internos e externos. Os resultados suportam que os fatores que orientam a decisão de confiar e cooperar podem ser interpretados de modo distinto entre auditores internos e externos, além de serem influenciados por características como idade, sexo e cargo do auditor. Os resultados quanto ao comportamento do auditor em conflitos organizacionais demonstram que tanto auditores internos como externos apresentam em sua maioria atitudes direcionadas para a solução dos conflitos. Esse perfil dos auditores influencia positivamente a confiança e cooperação entre a auditoria interna e externa.

O terceiro artigo é um caso de ensino e foi escrito por Anderson Silveira, Luiz Aparecido Reis, Jailson Lana e Raul Partyka. O artigo retrata uma situação financeira familiar de adversidade, o momento em que o provedor deve se aposentar. Mesmo com uma excelente renda mensal, mas sem nunca ter pensado no futuro e utilizando os recursos totais para atender às necessidades imediatas, o provedor não promove geração de renda extra para complementar a aposentadoria. O caso adota uma narrativa com diálogos lúdicos e fictícios, provenientes das vivências dos autores, porém, com objetivos e acontecimentos reais. Assim, é promovida a reflexão dos leitores sobre a importância da educação financeira, levando-se em conta todos os aspectos que envolvem obter renda, poupar, gastar conscientemente, criar investimentos e, por fim, almejar a sonhada aposentadoria sustentável.

O quarto artigo foi escrito por José Glauber dos Santos, Alessandra Vasconcelos e Márcia De Luca e tem como objetivo examinar se nas empresas brasileiras de capital aberto os gastos ambientais são influenciados pela folga financeira. Os resultados principais comprovaram que a folga financeira baseada no caixa e nas disponibilidades afeta negativamente os gastos ambientais, sendo essa relação algo persistente. Constatou-se ainda que a folga financeira baseada na medida abrangente do índice de Kaplan e Zingales (1997) afeta positivamente os gastos ambientais, sem relação de persistência.

O quinto artigo, escrito por Andson Braga, Daniel Mucci e Myrna Lima, tem um objetivo duplo. Primeiramente, os autores propuseram uma tipologia de pesquisa empírica quantitativa em contabilidade gerencial baseada em duas características de desenho: presença de grupo de controle e representatividade da amostra. Em segundo lugar, foram discutidas as implicações dos métodos para *trade-offs* entre validade interna e externa.

O sexto artigo, dos autores Mara Jane Contrera Malacrida e Ariovaldo dos Santos, tem como objetivo verificar em que medida a distribuição da riqueza gerada pelas maiores empresas de capital aberto e fechado, que operam no Brasil, dos principais ramos da atividade econômica, difere quanto à carga tributária, à remuneração dos capitais empregados (próprios e de terceiros) e à remuneração dos funcionários dessas empresas, no período de 1999 a 2018. Como resultado, percebe-se que há diferenças significativas na distribuição da riqueza gerada pelos principais ramos da economia (indústria, comércio, serviços, instituições financeiras e seguradoras), para empregados, acionistas e credores. Esse resultado também foi verificado na proporção da riqueza destinada ao Governo por meio de tributos. Como principais contribuições, este estudo evidencia grande desequilíbrio na distribuição da riqueza gerada pelos diversos ramos da atividade econômica e que os ramos industrial, comercial e de serviços arcaram com uma carga tributária bastante superior à dos bancos e à das seguradoras ao longo dos 20 anos analisados, impactando de forma negativa o montante que esses três ramos distribuíram aos funcionários e acionistas quando comparados aos bancos e às seguradoras.

Gostaria de informar que a REPeC não é uma publicação ligada apenas à área de educação, mas a várias áreas, como mostrado em seus objetivos, sejam: Financeira, Gerencial, Pública, Auditoria, Tributos, entre outros.

Agradeço aos pesquisadores que submeteram seus artigos à REPeC e aos avaliadores, sempre prestativos. Parabéns para os que tiveram os artigos aprovados, pois a demanda é bastante alta e o caminho até a publicação final árduo.

Muito obrigado! Espero que desfrutem desta nova edição.

Saudações acadêmicas.

**Gerlando Lima, PhD.**  
**Editor-Chefe.**